

Derecho Administrativo y Derechos Humanos

rdai.com.br/ojs/index.php/rdai/article/view/55



Luis José Béjar Rivera Universidad Panamericana (México, México)

<https://orcid.org/0000-0002-1898-527X>

DOI: <https://doi.org/10.48143/rdai/01.ljbr>

Palavras-chave: Derecho Administrativo, Derechos Humanos, Concepto de Derecho Administrativo, Finalidad del Derecho Administrativo

Resumo

En los últimos años del siglo pasado y hacia casi dos décadas del actual, se ha vivido en prácticamente todo el mundo una explosión de los derechos humanos. Con mayor frecuencia encontramos que las Cortes y Tribunales constitucionales invocan violaciones de derechos humanos al momento de dictar sus fallos. Pero antes de ello, el derecho administrativo, aún siendo una rama relativamente joven, nace como una disciplina cuyo objeto es la interdicción de los actos de la autoridad, basado fundamentalmente en la protección de los derechos subjetivos, esto es que, el derecho administrativo construye un sistema de cómo deben ser cumplimentados los derechos de los ciudadanos, de tal forma que su vocación natural es sin duda, la de concretar los derechos humanos.

Biografia do Autor

Luis José Béjar Rivera, Universidad Panamericana (México, México)

Licenciado en Derecho por el ITESO. Maestro en Ciencias Jurídicas y Doctor en Derecho por la Universidad Panamericana, Campus México. Miembro del Sistema Nacional de Investigadores del CONACYT. Profesor Investigador de la Universidad Panamericana, Campus México. Visiting Research Fellow de la Facultad de Derecho de la Universidad de Montreal - ljbejar@up.edu.mx

Referências

Béjar Rivera, Luis José, “El concepto de derecho administrativo: una visión teleológica”, en Anuario da Facultade de dereito da Universidade da Coruña, Revista jurídica interdisciplinar internacional, No. 14, A Coruña, 2010.

Cassese, Sabino, Las bases del Derecho Administrativo, MAP, Madrid, 1994.

DAL POZZO, Augusto Neves. Aspectos Jurídicos da Permissão de Uso de Bem Público destinado à Comercialização de Alimentos. REVISTA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA-RBINF, v.10, p.187-206, 2016.

DAL POZZO, Augusto Neves. Breves considerações sobre o ato discricionário no regime jurídico-administrativo brasileiro. REVISTA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA-RBINF, v.09, p.173-190, 2016.

DAL POZZO, Augusto Neves. CAMMAROSANO, M.; VALIM, R. Regime Diferenciado de Contratações Públicas-RDC (Lei nº 12.462/2011; Decreto nº 7.581/2011) Aspectos Fundamentais. Belo Horizonte: Fórum, 2011, v.1. p.275.

DAL POZZO, Augusto Neves. FACCHINATTO, Renan Marcondes. Modificações nos regimes jurídicos das parceiras Público-Privadas e do setor educacional-Fomento aos investimentos e redução de riscos para a Iniciativa Privada. Revista Brasileira de Infraestrutura RBInf, v.04, p.259-274, 2013.

DAL POZZO, Augusto Neves. José Roberto Pimenta Oliveira; BERTOCCELLI, R. P. Tratado sobre o Marco Regulatório do Saneamento Básico no Direito Brasileiro. São Paulo: Contracorrente, 2017, v.1. p.1034.

DAL POZZO, Augusto Neves. Panorama acerca da atividade desenvolvida pelos Tribunais de Contas e o exercício da função administrativa. Revista Internacional de Direito Público-RIDP, v.01, p.185-214, 2015.

DAL POZZO, Augusto Neves. Panorama acerca da atividade desenvolvida pelos tribunais de contas e o exercício da função administrativa. Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da PUC-SP, v.3, p.32-59, 2015.

DAL POZZO, Augusto Neves. Panorama acerca da atividade desenvolvida pelos tribunais de contas e o exercício da função administrativa. Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da PUC-SP, v.3, p.32-59, 2015.

DAL POZZO, Augusto Neves. PARLATORE, A. C. Método de planejamento econômico-financeiro em projetos de infraestrutura. REVISTA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA-RBINF, v.01, p.193-205, 2014.

DAL POZZO, Augusto Neves. PIMENTA, J. R. Estudos sobre o Marco Regulatório de Saneamento Básico no Brasil. Belo Horizonte: Fórum, 2011, v.1. p.400.

DAL POZZO, Augusto Neves. Procedimento de Manifestação de Interesse e o planejamento estatal de infraestrutura. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v.13, p.23-33, 2014.

DAL POZZO, Augusto Neves. VALIM, R. R. A.; PIMENTA, J. R. Tratado sobre o Princípio da Segurança Jurídica no Direito Administrativo. Belo Horizonte: Fórum, 2013, v.1. p.819.

DAL POZZO, Augusto Neves. VALIM, R.; AURELIO, B.; FREIRE, A. L. Parcerias Público-Privadas-Teoria geral e aplicação nos setores de infraestrutura. Belo Horizonte: Fórum, 2014, v.1. p.518.

DAL POZZO, Augusto Neves. Concessão de serviço público. Diferenças entre o regime da Lei nº 8.666/93 e o da Lei nº 8.987/95. Possibilidade de superação dos limites estabelecidos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 nos contratos de concessão de serviços públicos. REVISTA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA-RBINF, v.01, p.279-294, 2012.

DAL POZZO, Augusto Neves. DAL POZZO, Antonio Araldo Ferraz; FACCHINATTO, Renan Marcondes; DAL POZZO, B. N. D. Lei Anticorrupção-Apontamentos sobre a Lei nº 12.846/2013. São Paulo: Contracorrente, 2014, v.1. p.240.

De Cormenin, Louis-Marie, Droit administratif, T. I, 5ª ed., Pagnerre, Gustave Thorel, Paris, 1840 (edición facsimilar publicada por Elibron Classics, Adamant Media Corp, 2007).

El derecho administrativo en el siglo XXI: Nuevas Perspectivas. En Revista Aragonesa de Administración Pública. Número 31. 2007.

Fundamentos de Derecho Administrativo, Tirant lo Blanch, México, 2012.

González Navarro, Francisco, Derecho administrativo español, T. I, Eunsa, Pamplona, 1993.

Grossi, Paolo, La primera lección de Derecho (Trad. Clara Álvarez Alonso) , Marcial Pons, Madrid Barcelona, 2006.

Guerrero, Omar. Las ciencias de la administración en el Estado absolutista, 3ª ed., Fontamara, México, 1996.

Lachaume, Jean-François, Pauliat, Hélène, Et. Al., Droit administratif. Les grandes décisions de la jurisprudence (15e ed.), Themis droit, puf. Paris, 2010.

López Olvera, Miguel Alejandro, Tratado de la facultad reglamentaria, Porrúa, México, 2007.

MARCONDES, Ricardo Martins; SANTANO, Ana Claudia. Una lectura neoconstitucional de la teorICA del poder de poliCIa. REVISTA DE INVESTIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS, v.3, p.87-114, 2016. <http://dx.doi.org/10.5380/rinc.v3i2.47575>

Marienhoff, Miguel S., Tratado de derecho administrativo, t. I, 5ª ed., actualizada, Abeledo-Perrot, Buenos Aires, 2003.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Apontamentos sobre a desapropriação no direito brasileiro. Revista Trimestral de Direito Público, v.57, p.87-110, 2012.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Arbitragem e administração pública: contribuição para o sepultamento do tema. *Revista Trimestral de Direito Público*, v.54, p.194-209, 2011.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Arbitragem e administração pública: contribuição para o sepultamento do tema. *Interesse Público (Impresso)*, v.64, p.85-104, 2010.

MARTINS, Ricardo Marcondes. As normas gerais de direito urbanístico. *RERE (Salvador)*, v.20, p.01-16, 2010.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Direito fundamental de acesso à informação. A&C. *REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO & CONSTITUCIONAL (IMPRESSO)*, v.14, p.127 -, 2014. <http://dx.doi.org/10.21056/aec.v14i56.96>

MARTINS, Ricardo Marcondes. Estágio probatório e avaliação de desempenho. *Revista Brasileira de Estudos da Função Pública-RBEFP*, v.13, p.09-35, 2016.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Manutenção de concessão de serviço público considerada inválida pelo Tribunal de Contas. *REVISTA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA-RBINF*, v.2, p.269-291, 2012.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Motivação dos atos administrativos: conteúdo da motivação e consequências da motivação insuficiente-justificativa do preço na contratação direta; retroatividade da jurisprudência do Tribunal de Contas. *Revista Brasileira de Infraestrutura RBInf*, v.7, p.227-257, 2015.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Natureza jurídica das Organizações Sociais e das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. *Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso)*, v.167, p.48-62, 2015.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Pregão: cabimento-Regularidade fiscal-Invalidação do contrato pelo Tribunal de Contas. *Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso)*, v.166, p.61-69, 2015.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Pregão: cabimento-regularidade fiscal-invalidação do contrato pelo Tribunal de Contas. *BLC (São Paulo)*, v.11, p.1173-1181, 2015.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Princípio da liberdade das formas no direito administrativo. *Interesse Público (Impresso)*, v.80, p.83-124, 2013.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Princípio da Titularidade Pública das Coisas de Ninguém. *Revista Trimestral de Direito Público*, v.56, p.117-136, 2011.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Proporcionalidade e boa administração. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da PUC-SP*, v.3, p.310-338, 2015.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Prorrogações excepcionais do contrato administrativo (Parecer). *REVISTA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA-RBINF*, v.10, p.209-229, 2016.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Regime estatutário e Estado de Direito. Revista Jurídica da Procuradoria Geral do Município de São Paulo, v.8, p.181-197, 2011.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Regime estatutário e Estado de Direito. Revista Trimestral de Direito Público, v.55, p.139-155, 2011.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Sanções administrativas no Regime Diferenciado de Contratações Públicas-RDC. Revista Brasileira de Infraestrutura e RInf, v.8, p.47-88, 2015.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Teoria das contrafações administrativas. A&C. REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO & CONSTITUCIONAL (IMPRESSO), v.16, p.115 -, 2016. <http://dx.doi.org/10.21056/aec.v16i64.241>

MARTINS, Ricardo Marcondes. Teoria dos princípios formais. Interesse Público (Impresso), v.98, p.65-94, 2016.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Terceirização na Administração Pública: comentários sobre o RE 760.931. Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura-RDAI, v.1, p.311-333, 2017.

Morand-Deville, Jacqueline, Droit administratif, 12^a ed., Montchrestien, Paris, 2011.

Muñoz Machado, Santiago, “Las concepciones del Derecho Administrativo y la idea de participación en la Administración” en Revista de Administración Pública, No. 84 Septiembre-Diciembre, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, Madrid, 1977.

Rodríguez-Arana Muñoz, Jaime. Aproximación al derecho administrativo constitucional, Editorial Jurídica venezolana, Caracas, 2007.

Wade, William y Forsyth, Christopher, Administrative Law, 10^a ed., Oxford University Press, Oxford, 2009.

Copyright (c) 2017 Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).

A submissão e a publicação de artigos são gratuitos; avaliados por pares; o periódico utiliza o CrossCheck (antiplágio) e cumpre com o Guia dos Editores da COPE - *Committee on Publication Ethics*, além das recomendações Elsevier e SciELO. Confira as [Regras para a submissão e avaliação da RDAI](#).